

SOLIDARIEDADE E A REDE SAÚDE CRIANÇA.

LOBO, Juliana Desiderio ¹

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo mais amplo contribuir para o conhecimento do fenômeno das redes sociais no Brasil hoje. Para tanto examina a Rede Saúde Criança - RSC, investigando a sua formação, papel e atuação. Através de uma reflexão sobre as reais possibilidades da formação de Redes de ONGs, percebemos que as dificuldades encontradas estão na cultura da gestão vertical e na necessidade de captar recursos para cada associação que a compõe. Em contra partida, observamos que as associações que fazem parte da RSC desenvolvem mecanismos para dar respostas às dificuldades apresentadas.

Palavras chaves: terceiro setor, organização – não – governamental e rede social.

ABSTRACT

This paper aims to contribute to broader understanding of the phenomenon of social networks in Brazil today. To examine both the Child Health Network - RSC, investigating their training, role and performance. Through a reflection on the real possibilities of the formation of networks of NGOs realize that the difficulties are encountered in the management culture of vertical and the need to raise funds for each association that is composed. On the departure, observed that the associations that are part of CRS develop mechanisms to respond to difficulties presented.

Keywords: third sector organization - non - governmental and social networking.

INTRODUÇÃO

O presente exposto surgiu de indagações referentes à proliferação do Terceiro Setor e o rumo tomado pelo mesmo, a partir da sua estruturação em Redes pautadas em princípios solidários. Tendo como objeto central de estudo a Rede Saúde Criança e as associações “filiadas” a mesmas. Deste modo, tornou-se relevante fomentar o debate acerca desta nova forma de se

¹ Assistente Social formada pela Universidade Federal Fluminense, especialista em Administração e Planejamento de Projetos Sociais pela UNIGRANRIO e mestre em Política Social pela UFF. Atualmente exerce atividade como assistente social no Hospital Central do Exército e docente na Faculdade Flama.

organizar e o sentido do termo solidariedade para estas associações. Sendo assim, visa-se analisar e entender a construção do ideário de solidariedade e o seu reatamento na formação da Rede Saúde Criança e das associações que a compõem.

Ressalto que tal pesquisa esta sendo realizada para a elaboração e fortalecimento da minha dissertação de mestrado em Política Social na Universidade Federal Fluminense e teve como objetivos: compreender os fatores econômicos e sociais que favorecem o fortalecimento do Terceiro Setor nos anos 90 e a sua organização em Rede; investigar o entendimento dos voluntários, dos funcionários e das famílias acerca do significado do ideário de solidariedade e suscitar questões sobre a efetividade das ações desenvolvidas na Rede Saúde Criança, entendendo sua função dentro do aparelho estatal.

Tendo como metodologia de pesquisa a realização um aprofundado estudo acerca do Terceiro Setor e o conceito de rede social e no presente momento um diálogo com os autores que apontam a temática da solidariedade.

Para a coleta de dados, utiliza-se como procedimentos metodológicos o questionário aberto, destinado às famílias e a entrevista semi-estruturada de natureza individual, destinada aos voluntários e aos funcionários de 6 associações “filiadas” Rede Saúde Criança. A escolha destes três segmentos foi pautada pelo entendimento de que entre tais sujeitos existem visões diferenciadas sobre os ideários de solidariedade, o papel e a atuação da Rede Saúde Criança.

A escolha das 6 Associações “filiadas” a Rede Saúde Criança esta baseada no contexto de seu surgimento, os anos 1990 , e esta sendo observado à perspectiva de fortalecimento / empoderamento dos sujeitos atendidos, os ideários de solidariedade e a estruturação desta Rede, a partir da ótica dos usuários, dos voluntários e funcionários. Ressalta-se a realização de pesquisa com base empírica e a coleta de dados envolvendo uma série de procedimentos metodológicos, como a entrevista, o questionário, a observação participante, a participação nas reuniões mensais da Rede Saúde Criança, bem como a análise da ata das reuniões da Rede Saúde Criança e leitura aprofundada da temática em tela.

A CONSTRUÇÃO DE INSTITUIÇÕES SOLIDÁRIAS: BRASIL ANOS 90.

A década de 1990 foi palco de uma prolongada crise que se adentrou no século XXI, cujas conseqüências se espalharam pela economia nacional e internacional, em termos de desequilíbrio macroeconômico, financeiro e de produtividade. A referida crise se dá devido ao intenso processo

de internacionalização dos mercados e flexibilização financeira, refletindo na perda da autonomia estatal, acarretando na precarização das políticas sociais.

Trata-se de uma crise estrutural, segundo Mota (2004)², onde as tentativas falhas de solução dão lugar à política neoliberal que pressupõe, principalmente, a desresponsabilização estatal para com as questões referentes ao direito social e a primazia da sociedade³ como responsável pela garantia dos direitos aos afetados pelo aumento da pobreza.

No contexto brasileiro, os anos 90 trouxeram significativas mudanças no que tange à revisão do papel estatal e das políticas sociais, em especial a de Assistência Social. Trata-se do fenômeno que Behring (2003: 15) nomeou de “contra – reforma” do Estado brasileiro, marcado por:

(...) um profundo retrocesso social, em benefícios de poucos.(...) configurando-se como uma contra-reforma social e moral, na perspectiva de recompor a hegemonia burguesa no país.

Tais mudanças se materializaram no desmonte das políticas públicas e sociais, na ampliação das desigualdades sociais, no desemprego e na precarização do trabalho.

Assim, as mudanças ocorridas e em processo, referentes à perda de direitos de cidadania por serviços e políticas sociais, assistenciais e por uma seguridade social estatais, universais e de qualidade (particularmente nos países centrais) e à sua precarização e focalização (particularmente nos países periféricos), a remercantilização e refilantropização da “questão social”, afetam profundamente tanto os setores mais carentes quanto o conjunto dos trabalhadores (Montaño, 2003: 15).

Diante do exposto o que vemos é a proliferação de organizações da sociedade civil, o chamado Terceiro Setor, que possuem como objetivo atuar nas mazelas oriundas da “contra – reforma” ocorrida no Estado brasileiro, em especial na década de 1990.

Nota-se que a expansão do Terceiro Setor através do apelo feito à sociedade civil como a estratégia mais importante de participação popular, sob o discurso da cidadania e da solidariedade. A lógica neoliberal que domina o mundo nesta época aparecerá como a grande responsável pelas transformações econômicas, políticas e sociais. A construção da ideologia dominante opera na negação do Estado do Bem Estar Social e na proposição da liberdade de mercado.

² Trabalho apresentado no XXI CBAS – A reforma do Estado e a participação da sociedade civil na implementação de programas de assistência social.

³ Neste caso, ao se falar de sociedade fazemos menção à sociedade civil e ao mercado.

Neste contexto vemos o avanço da estruturação das ONG's em Rede, o cerne do presente estudo. Isto se dá devido à estrutura em rede indicar *“uma vontade coletiva de realizar determinado objetivo”*⁴. Os integrantes da rede estão ligados horizontalmente a todos os demais, elas não comportam centros ou níveis de poder.

O Renascer foi a primeira ação de uma rede, que se formou há 12 anos e hoje se estende por diversas regiões do país. *“Todos os projetos têm o mesmo objetivo: não deixar com que as crianças voltem ao hospital por falta de cuidados básicos dentro de casa”*, diz Doris Lacombe, coordenadora da Associação Recomeçar, umas das ONG's associadas.

Para os participantes da rede, a rede funciona melhor se entre seus membros se aprofunda a colaboração, a solidariedade, a ajuda mútua, a transparência e a corresponsabilidade.

A própria noção de gratuidade e desinteresse pessoal, essencial para o desenvolvimento da solidariedade, ganha uma dimensão social mais realista: ela pode ser entendida numa perspectiva de reciprocidade aberta, na troca de informações – que são poder – feita através da rede. As redes se contrapõem portanto à cultura do “guardar para si” e do “levar vantagem”, ao permitir que, pela colocação em comum do que cada um dispõe, todos ganhem. (www.rits.org.br em 25/05/2006)

Conforme consta no site da Associação Repartir, a Rede Saúde Criança é um espaço de relacionamento cooperativo entre Associações autônomas que têm como objetivo comum prestar assistência à criança menos favorecida em tratamento e/ou alta hospitalar encaminhada por unidades do sistema público de saúde.

Trata-se de um trabalho que teve início em 2002, por sugestão da Associação Saúde Criança Renascer, e que se tornou efetivo em 2003, com a participação de mais de 10 Associações. O modelo se espalhou por diversos hospitais públicos em todo o Brasil: 11 no Rio de Janeiro, 1 em São Paulo, 1 em Recife e 1 em Joinville, além de diversas outras iniciativas em processo de estruturação em cidades como: São José dos Campos, Campinas, entre outras.

Entretanto, o conceito de rede na década de 90 está relacionado a uma alternativa de organização, visando a possibilidade capaz de responder às demandas de conectividade e descentralização das esferas atuais de articulação social.

ATUANDO EM REDE: A SOLIDARIEDADE GANHANDO NOVOS ESPAÇOS

⁴ Site: www.rits.org.br (acessado em 25/05/06.)

Nota-se na literatura o entendimento de rede como um espaço de participação dos sujeitos coletivos, devido à identificação, vínculo⁵ e luta contra o mesmo nó social, nó esse que deve ser combatido ou transformado.

Deste modo, faz-se relevante um estudo histórico-conceitual acerca da temática rede pautada em ideários solidários, pois, entende-se a diversidade como característica fundamental das ONG's. Todavia elas possuem em comum o propósito de ampliar sua atuação a um campo mais amplo de interlocutores: *“beneficiários, parceiros, financiadores, voluntários, colaboradores, etc”*.

O uso do conceito de redes permite chegar a um grande detalhamento das relações individuais sem perder de vista a estrutura do campo inteiro e os padrões mais gerais, introduzindo dimensões novas e inusitadas na compreensão do Estado. (Marques: 1999,p.47)

Pensar o conceito de rede é buscar o entendimento da esfera social partindo de uma conexão dinâmica entre o singular e o diverso, o local e o global, o popular e o erudito, retirando-lhes a regulação de simples dicotomias. Ressalta-se que o primeiro conceito de rede se deu na França baseado na “valorização da obrigação tríplice do dar, do receber e do retribuir na organização dos sistemas de troca de direitos envolvendo indivíduos, grupos e comunidades”. (Martins: 2004, p. 272)

Ao analisar as redes sociais, Ribeiro (2003), denomina as redes sociais como “redes interpessoais de relações sociais solidárias”, demonstrando que elas são constituídas em contraponto à intolerância e perante as formas de exclusão apresentadas na contemporaneidade, onde os indivíduos, grupos e comunidades desenvolvem buscas e experiências solidárias. E ainda, Ribeiro (apud OLIVEIRA & BASTOS, 2000), afirma que a rede social envolve dois níveis: Formal, constituído pelos profissionais envolvidos com as redes e o Informal, do qual fazem parte familiares e vizinhos dentre outros.

Deste modo, ao observar a realidade da rede de movimentos sociais, pode-se fazer uma correlação com as redes organizadas por profissionais do sistema público uma vez que, muitos desses movimentos visam o reconhecimento e acesso aos direitos sociais. Sendo que, com base no Associativismo Local e / ou Comunitário, com “sujeitos sociais envolvidos em causas sociais ou culturais do cotidiano”; na Articulação Inter-Organizacionais, dentre as quais “se destacam os fóruns da sociedade civil, as associações nacionais de ONGs e as redes de redes, com a finalidade

⁵ Entende-se, segundo Marques (1999), que esse vínculo têm diversas naturezas, e podem ter construído intencionalmente, embora a sua maioria tenha origem em relações herdadas de outros contextos.

de articulação entre si para o empoderamento da sociedade civil”; e Mobilização da Esfera Pública são frutos da articulação de atores dos movimentos sociais localizados, das ONGs, dos fóruns e das redes de redes, que visam transcender por meio de grandes manifestações como forma de pressão política das mais expressivas no espaço público contemporâneo.

Na sociedade das redes (SCHERER – WARREN (2006) apud Castells (1996)), o associativismo localizado (ONGs comunitárias e associações locais) ou setorizado (ONGs feministas, ecologistas, étnicas, e outras) ou, ainda, os movimentos sociais de base locais (de moradores, sem teto, sem terra, etc.) percebem cada vez mais a necessidade de se articularem com outros grupos com a mesma identidade social ou política, a fim de ganhar visibilidade, produzir impacto na esfera pública e obter conquistas para a cidadania. Nesse processo articulatório, atribuem, portanto, legitimidade às esferas de mediação (fóruns e redes) entre os movimentos localizados e o Estado, por um lado, e buscam construir redes de movimento com relativa autonomia, por outro. Origina-se, a partir desse fato, uma tensão permanente no seio do movimento social entre participar com e através do Estado para a formulação e a implementação de políticas públicas ou em ser um agente de pressão autônoma da sociedade civil.

Em suma, o que ronda o debate referente aos tipos de rede sociais ou redes de apoio, encontra-se diretamente relacionado à construção de redes com a finalidade de interligar pessoas, entidades, e pessoas e entidades. As pessoas e/ou entidades interligadas podem ser do mesmo tipo ou inteiramente heterogêneas, pois dependem somente dos objetivos que se propõe a alcançar. Entretanto, estas redes podem ser também de diferentes tamanhos (de uma equipe que trabalhe em rede a uma rede de bairro ou de sala de aula, redes de redes, até uma rede internacional), o que não exclui a possibilidade de existir dentro de uma rede a formação de sub redes, com objetivos específicos.

Diante do exposto acerca da especificidade das redes, torna-se relevante trazer para esta análise do modos operante existente nas redes. Tendo como foco a maneira como são desenvolvidas as atividades propostas pela rede, onde se relata que a capacidade de organização se difere de acordo com o nível de instrução, a renda per capita e a estabilidade democrática (Andrade (2002)).

Observa-se que, no âmbito das redes “privadas”, que o modos operante basea-se na troca, *“troca de conhecimento e cooperação entre os participantes”*⁶, *“trocas e encontros nas múltiplas e intercambiantes redes de relações ligadas e superpostas”*⁷, visando a “resolução” de um objetivo comum, onde os sujeitos ultrapassam o interesse material e imediato, permitindo a

⁶ ANDRADE, Gabriela R. B. de; VAITSMAN, Jeni. 2002

⁷ MARQUES, Eduardo César. 1999.

construção da solidariedade grupal e comunitária. As redes, com tais características, geralmente, realizam apoio às pessoas soropositivos e seus familiares através do repasse de cesta-básica, medicamentos e espaço de trocas de informação e experiência. Ressalta-se a primazia pelo trabalho voluntário, a realização de eventos junto à comunidade para arrecadar donativos e para a socialização de informações no que tange a prevenção do HIV.

Na orientação da rede de parentesco, ela orienta-se preferencialmente num sentido horizontal ou vertical (...) ainda, trata-se de estudar a lateralização da rede; percebe se à simetria de parentesco existente no casal corresponde uma simetria de atitudes ou se predomina um dos lados na prestação de apoio. (Portugal:2004)

Segundo Sá (2006), a dinâmica da Rede de Cuidados Continuados é feita da seguinte forma: os pacientes são referenciados ou encaminhados para a Rede de Cuidados Continuados, *“em sentido lato (unidade de internamento, ou apoio domiciliário), a partir do hospital onde estão internados, ou a partir do seu médico de família”*. No hospital, existirá uma *“equipe de gestão de altas”* que será composta por um enfermeiro, um médico e um assistente social. Pretende-se que, 24 ou 48 horas antes de se prever que o doente irá ter alta do hospital, se proceda ao conhecimento do seu caso clínico. Tem de se saber se o doente pode regressar à casa, por questões de saúde e também por questões de carácter social.

Segundo a autora, *“uma pessoa pode não necessitar de mais nada em termos médicos e de saúde, mas imagine quem não tem ninguém à espera dele”* no pós - alta. Neste caso, a equipe de gestão de altas, citada anteriormente, terá que contactar a rede de apoio social da região para encontrar, por exemplo, uma equipe de apoio domiciliar que vá à casa deste paciente.

Pode-se refletir que o conceito de rede circunscreve à ação voluntária, o emaranhado de relações sociais, a participação social, a ajuda ao próximo e as dimensões de afinidades ou valores.

Sendo assim, a Rede Saúde Criança surge em meio a precarização da saúde pública brasileira e à indignação de profissionais de saúde no que tange aos embates sofridos com o pós alta hospitalar às populações de baixa renda. Tem por objetivo, quebrar o ciclo miséria – doença – internação – alta – reinternação – morte através das ações desenvolvidas pelas ONG's vinculadas a Rede. Tais como: doação de medicamentos, alimentos, material de construção, instrumento de trabalho, palestras e cursos de qualificação profissional e geração de renda.

Na Associação Recomeçar tem-se a experiência de que durante seis meses é oferecido todo o apoio necessário para a recuperação da criança, como cestas básicas, medicamentos, leites,

roupas, cursos, recreação, capacitação e suporte psicossocial. “Como é que uma criança pode se recuperar se muitas vezes não tem nem água potável para beber?”, indaga Doris Lacombe⁸, coordenadora da Associação Recomeçar.

No entanto, apesar das ONG’s⁹ pertencentes à Rede Saúde Criança estarem vinculadas a uma unidade de saúde, o trabalho prestado por estas instituições efetiva-se na área da assistência social, área esta de contradições históricas marcadas por vícios clientelistas e assistenciais, que distorcem o seu caráter de fortalecimento da cidadania.

Com isso, o que existem são instituições sem a compreensão da Assistência Social como direito, trazendo assim a preocupação com a temática referente ao empoderamento/fortalecimento dos sujeitos e o entendimento acerca do termo solidariedade pela Rede Saúde Criança. Onde a solidariedade esta permeada pelo ranço da caridade e do assistencialismo.

Em resultados preliminares observa-se com a pesquisa que as instituições pertencentes a Rede Saúde Criança fortalecem a preconização da dependência em contraposição ao fortalecimento das pessoas atendidas, bem como a solidariedade referente, primordialmente, à ajuda ao menos favorecido. Deste modo, o fortalecimento esbarra em medidas que reafirmam o ciclo de pobreza, o distanciamento da luta pelos seus direitos e a não ocupação do espaço público. E a solidariedade se vê à mercê dos ditames relacionados ao cuidado, à proteção e à doação de alimentos e remédios; distanciando-se do seu real significado¹⁰.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entretanto, faz - se necessário o entendimento acerca da dinâmica do Terceiro Setor nos dias de hoje, onde o que temos é a sociedade produzindo formas associativas para atuar na esfera pública em nome da reciprocidade, filantropia, solidariedade, caridade e compaixão para com os

⁸ A entrevista encontra-se na íntegra no site www.recomercar.org.br, acessado em 20/05/2006.

⁹ São organizações que “strictu sensu, se atribuem o nome de organizações – não- governamentais, marcando diferenças com as demais entidades sem fins lucrativos. Orientam-se por princípios de solidariedade e pela defesa dos direitos.”

¹⁰ Em verdade, o termo solidariedade pode adquirir diferentes significados. No SuperDicionário da Língua Portuguesa (1995), “*qualidade do que é solidário; reciprocidade de interesses e obrigações; dependência mútua; direito; que tem qualquer de vários credores, a reclamar para si o que se deve a todos*”. Ou como afirma MARCO (2001) “*solidariedade aqui entendida como processo coletivo de construção de justiça social a partir da instituição de um Estado comprometido com os interesses populares e não com ações de voluntariado que assumem responsabilidades públicas como se fossem suas.*”

pobres. Tais princípios com o passar do tempo funcionam como modelos de proteção social, e é preciso que os mesmos não apaguem a necessidade de um Estado social de direito fundado na cidadania para todos. Todavia, não é necessário dispensar tais instituições na efetivação da Assistência Social, pois existem valores e papéis importantes e políticos nestas organizações.

Observa-se ao longo da década de 1990, com o surgimento de novas organizações privadas sem fins lucrativos trazendo perfis e perspectivas de atuação social muito diversas, o termo ONG acabou sendo utilizado por um conjunto grande de organizações, que muitas vezes não guardam semelhanças entre si. Como afirma Landim “*O nome ONG não é mais revelador, como ele era, de um segmento dentro das organizações da sociedade civil brasileira*”.

Contudo, as investigações preliminares demonstram a possibilidade da organização em rede ser um retorno a militância de caráter politizado e em luta pelos interesses coletivos. Por outro lado, percebe-se a utilização e materialização do conceito de solidariedade de maneira deturpada nas associações que fazem parte desta rede. E, finalmente, nota-se a preocupação dos funcionários de Serviço Social em disseminar a importância da participação da sociedade civil para a efetivação dos direitos e do cumprimento do papel estatal.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- >ALMEIDA, Érica T. Vieira de. Crítica da metamorfose do conceito de sociedade civil em “terceiro setor”. In: Serviço Social & Sociedade, nº 80. São Paulo:Cortez, novembro 2005.
- >ANDRADE, Gabriela R.B.de; VAITSMAN, Jeni. Apoio Social e redes: conectando solidariedade e saúde. In: Revista Ciência e Saúde Coletiva. RJ,2002.
- > BRASIL. Constituição da República Federativa. São Paulo, Saraiva, 1998.
- > BEHRING, Contra – reforma do Estado, seguridade social e o lugar da filantropia. In: Serviço Social & Sociedade, nº 73. São Paulo:Cortez, março 2003.
- > _____. Elaine Rosseti. Brasil em Contra – Reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2003.
- > BRESSER Pereira, Luiz Carlos & GRAU, Nuria (org.). O Público Não Estatal. Reforma do Estado. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas,1999.
- > CHOR, Dora; GRIEP, Rosane Harter; LOPES, Claudia; FAERSTEIN, Eduardo. Medidas de Rede e Apoio Social no Estudo Pró-Saúde: pré teste e estudo piloto. Caderno de Saúde Pública. RJ, 2001.

- > COUTO, Berenice Rojas. O Direito Social e a Assistência Social na Sociedade Brasileira: uma equação é possível? São Paulo: Cortez, 2004.
- > FERNANDES, Rubens César. Privado porém Público: o terceiro setor na América Latina. Rio de Janeiro: Relume – Dumará, 1994.
- > GOHN, M^a da Glória. O novo associativismo e o Terceiro Setor. In: Serviço Social & Sociedade, n° 58. São Paulo: Cortez, novembro de 1998.
- > _____. Os Sem – Terra, ONG's e Cidadania. São Paulo: Ed. Cortez, 1997.
- > LANDIM, Leilah. Ações em Sociedade: militância, caridade, assistência, etc. Rio de Janeiro: NAU, 1998,
- > _____. Ação Privada em Benefícios Públicos: breve história das ONG's no Brasil. In: Revista Advir, n°4. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, setembro 1994.
- > LUFT, Celso Pedro & FERNANDES, Francisco (Org.). SUPERDICIONÁRIO da Língua Português. São Paulo: Globo Editora, 1995.
- > MARCO, Patrícia Souza de. Caderno de Capacitação do CRESS. In: Orçamento Participativo: locus do fazer político-pedagógico. RJ: CRESS, 2001.
- > MARQUES, E.C. Redes Sociais e Instituições na Construção do Estado e da sua Permeabilidade. Revista Brasileira de Ciências Sociais. ANPOCS. VOL.14, n.41. 1999.
- > MARTELETO, Regina Maria. Redes e capital Social: o enfoque da informação para o desenvolvimento local. ??????. 2003.
- > MARTINS, Paulo Henrique. Ação pública, Redes e Arranjos familiares. In: Redes, Práticas Associativas e Gestão Pública. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2006.
- > _____; FONTES, B. (org). Redes Sociais e Saúde: Novas Possibilidades Teóricas. Editora Universitária UFPE. Recife, 2004.
- > MINAYO, Maria Cecília de Souza. Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Editora Vozes, 1994.
- > MONTAÑO, Carlos . Terceiro Setor e Questão Social: crítica ao padrão emergente de intervenção social. São Paulo: Cortez, 2003.
- > _____. Das “lógicas do Estado” às “lógicas da sociedade civil”: estado e “terceiro setor” em questão. In: Serviço Social & Sociedade, n° 59. São Paulo: Cortez, março 1999.
- > PEREIRA, Potyara A . P. A Assistência Social na Perspectiva dos Direitos : crítica aos padrões dominantes de proteção aos pobres no Brasil. Brasília: Thesaurus, 1996.

- > PORTUGAL, Sílvia. Quanto vale o capital social? O papel das redes informais na provisão de recursos. In: Redes, Práticas Associativas e Gestão Pública. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2006.
- > _____. As mãos que embalam o berço: um estudo sobre as redes informais de apoio à maternidade. In: Estudo de Sociologia. UFPE. Vol 10, n 1 e 2. Recife, 2004.
- > RIBEIRO, Kátia Sueli Queiroz da Silva. As redes de apoio social e a educação popular:apertando os nós das redes. In: <http://www.anped.org.br/reunioes/27/gt06/t068.pdf>. 2003.
- > SÁ, Cláudia Pinto e Rui Moreira de. A nova Rede de Cuidados Continuados vem dar respostas de saúde e de apoio social a idosos e dependentes. In: http://www.medicosdeportugal.iol.pt/action/2/cnt_id/1186. 2006
- > SCHERER – WARREN, Ilse. Das Mobilizações às redes de movimentos sociais. In: Sociedade e Estado. Brasília, 2006.
- > _____. Redes de Movimentos Sociais. Edições Loyolas. SP, 1996.
- > SILVA, Carlos Antoni.O que é rede social ? In: www.rits.org.br.2004
- >VALLA, Victor Vicente. Redes sociais, poder e saúde à luz das classes populares numa conjuntura de crise. Interfase- comunicação e saúde. 2000.
- > WARREN, Ilse Scherer-. Redes de Movimentos Sociais. São Paulo: Ed. Loyola, 1996.
- > WHITAKER, FRANCISCO. Rede: uma estrutura alternativa de organização. In: www.rits.org.br. 2004
- > Cartilha Ação das ONG´s de 1999.

Sites Consultados

- > <http://www.repartir.com.br>
- > <http://www.recomercar.org.br>
- > <http://www.abong.org.br>
- > <http://www.rits.org.br>
- > <http://www.scielo.br>
- > <http://www.adolesite.aids.gov.br/solidariedade>
- > <http://www.agronline.com.br/artigos>
- > <http://www.bomdiabrasil.globo.com/jornalismo/bdbr/0>

-> <http://www.wikipedia.org>